

DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL: CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DE PROCESSOS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA¹

SPATIAL DIFFERENTIATION: CONTRIBUTION TO THE STUDY OF PROCESSES IN THE CONTEMPORARY CITY

Otávio Augusto Alves dos Santos¹

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Pernambuco, PE, Brasil

Correspondência para: Otávio Augusto Alves dos Santos (otavioaas@gmail.com)

doi: 10.12957/geouerj.2018.25085

Recebido em: 12 ago. 2016 | Aceito em: 23 nov. 2018



RESUMO

A diferenciação espacial constitui um dos principais temas da Geografia, estando presente em todos os momentos da história de seu pensamento, sob diversas perspectivas filosóficas. Tratada muitas vezes de maneira superficial, a ideia da diferenciação pode servir de elemento enriquecedor do significado de muitos conceitos e categorias geográficas. Partindo de uma perspectiva crítica e de uma breve revisão de literatura, o objetivo deste trabalho é refletir sobre o processo de diferenciação espacial nas cidades contemporâneas, sobretudo nas cidades localizadas na periferia do capitalismo, onde se avultam os conflitos pelas apropriações do espaço.

Palavras-chave: Diferenciação espacial; Cidade contemporânea; Segmentação, Segregação, Fragmentação.

ABSTRACT

Spatial differentiation is one of the main themes of Geography, present in all the long and contradictory development of his thought, under various philosophical perspectives. Treated often superficially, the idea of differentiation can serve as enriching element of the meaning of many geographical concepts and categories. From a critical perspective and a brief literature review, the aim of this paper is to discuss the process of spatial differentiation in contemporary cities, especially in cities located on the periphery of capitalism, where the appropriations of space conflicts is hard.

Keywords: Spatial differentiation; Contemporary city; Segmentation; Segregation; Fragmentation

INTRODUÇÃO

A discussão a propósito da diferenciação espacial remonta priscos tempos do pensamento geográfico (CORRÊA, 1991), constituindo uma temática mais central e consolidada que a de muitas de suas categorias, inclusive muito mais antiga que a própria definição do espaço enquanto conceito-chave. Em diferentes momentos e sob diversas perspectivas filosóficas, a preocupação em discriminar as diferentes paisagens ou apontar as leis que determinam essas diferenças sempre ocupou importante posição no histórico processo de delimitação dos objetivos e temas da ciência geográfica. Em que consiste o embate originado entre a natureza idiográfica e nomotética da Geografia senão a polêmica

¹ Texto resultante de reflexões teóricas realizadas pelo autor no âmbito da elaboração de sua tese de doutoramento, contendo alguns trechos do documento final.

entre uma concepção que a enxerga enquanto uma "descrição das diferenças" e outra que a compreende enquanto "explicação dessas diferenças"? Moreira (1999), entretanto, afirma que a diferença tem sido frequentemente interpretada como diferenciação ou heterogeneidade. Para este autor a Geografia tem centrado sua atenção apenas na diferença entre entes, esquecendo-se do debate ontológico.

Tratada de maneira superficial, porque usada sem o necessário rigor pelos mais diversos discursos científicos, além de dissolvida no imediatismo do dado aparente, a ideia da diferenciação pode servir de elemento enriquecedor do significado de muitos conceitos e categorias geográficas, conforme sugere Bessa (2010). Seu uso, no interior do pensamento geográfico, tem sido realizado, pode-se assim dizer, a partir de três diferentes perspectivas: Na primeira, pensada nos marcos da vertente holístico-iluminista de Ritter e Humboldt, a diferença é tratada enquanto individualidade regional existente em um todo planetário; A segunda e mais difundida, calcada na filosofia kantiana e no positivismo, admite uma homogeneidade originária que se vai diferenciando, sobretudo, por meio das atividades humanas; E a terceira, alicerçada no materialismo dialético, observa a diferença entre a materialidade natural e a social, para depois reconhecer as diferenças espaciais que se vão constituindo no interior da evolução diferencial das sociedades.

Nosso objetivo neste texto é, partindo dessa terceira via de entendimento, refletir sobre o processo de diferenciação espacial nas cidades contemporâneas, sobretudo das cidades localizadas na periferia do capitalismo, de onde emanam os principais conflitos e lutas sociais de base territorial. Perfilamo-nos, portanto, à perspectiva crítica marxista, de onde extraímos lições à consolidação de uma Geografia que compreende o espaço geográfico enquanto categoria de entendimento da sociedade. Neste sentido, vale acrescentar que, segundo nossa concepção, o espaço é acima de tudo um produto do trabalho humano, embora reconheçamos sua existência prévia e sua relativa autonomia². O espaço é uma objetivação humana, resultado de seu agir teleológico. Na medida em que o ser social se desenvolve, rumo a patamares cada vez mais sofisticados de sociabilidade, o entorno vai sendo transformado, de modo que

² Há, naturalmente, um espaço anterior e independente à prática humana, que é o "espaço absoluto" de que fala Harvey (1980, 2012). Esse espaço é apropriado e valorizado pelo homem, de modo que sua extensão é frequentemente relativizada pelos meios de transporte e comunicação (espaço relativo) e suas diferentes frações comportam no seu interior ou apenas existem com base nas relações com todas as demais frações (espaço relacional).

o espaço se torna, conforme resume Santos (2014), no "conteúdo corporificado da sociedade". As diferenças espaciais, neste sentido, exprimem a forma diferenciada com a qual se desenvolve o ser social e se constitui o ecúmeno.

É no espaço das cidades, na escala do habitar, que as diferenças espaciais se apresentam de maneira mais clara, estando muito mais relacionadas aos conflitos pelas apropriações do espaço, revelando também as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. No primeiro item, procuramos demarcar as principais divergências entre as perspectivas tradicional/teorético-quantitativa e a perspectiva crítica no que concerne à diferenciação espacial, estabelecendo aquilo que compreendemos enquanto bases fundamentais do processo de produção e consumo desiguais do espaço. Em seguida, procuramos determinar o verdadeiro papel da consciência e dos valores subjetivos no processo de produção e, conseqüentemente, de diferenciação espacial. Por fim, refletimos a diferenciação espacial nas cidades contemporâneas, sugerindo três distintos processos que, no nosso entender, acham-se notadamente presentes nas cidades brasileiras.

Diferenciação espacial segundo a perspectiva crítica

As vertentes da Geografia moderna assentadas no pensamento positivista foram as primeiras a definir o espaço enquanto objeto e conceito-chave dessa ciência, bem como a realizar reflexões teórico-metodológicas que visavam lhes acrescentar fundamentos de cientificidade. Entretanto, o viés de análise dessas vertentes era completamente distinto ao sumariamente apresentado na introdução, uma vez que se apoiava numa noção de espaço absoluto anterior à ação humana, originalmente homogêneo e sobre o qual se distribuíam os dados da natureza e se desenvolviam as atividades humanas. Esse procedimento teórico-metodológico encontrou lastro, sobretudo, com a chamada Geografia teórico-quantitativa que, a partir da noção de "planície isotrópica" e tomando por recurso a análise de sistemas, procurava construir modelos e padrões de organização do espaço. As diferenças espaciais, portanto, eram determinadas por meio de dados estatísticos, classificações, hierarquizações e padrões de distribuição. Todo o processo de diferenciação se dava a posteriori, posto que o espaço consistia em um já dado homogêneo e definido previamente no plano teórico (CORRÊA, 1995; BESSA, 2004).

Antes, porém, cabe registrar que Alfred Hettner, em sua concepção de Geografia enquanto ciência corológica da superfície da terra, acreditava que o escopo desta ciência correspondia ao da identificação das diferenças regionais. Mais tarde, Hartshorne retomou tal perspectiva na tentativa de propor uma Geografia que deveria se ocupar com o “estudo da diferenciação de áreas”.

A perspectiva crítica rompe com a referida visão ao compreender o espaço como objetivação humana. Aqui o espaço não é mais um já dado anterior à ação humana, mas a materialização de suas relações, e ao mesmo tempo um meio necessário para que elas aconteçam. Neste sentido, vale destacar a primeira e mais elementar das diferenciações espaciais, aquela que se constitui na própria produção da materialidade social, e para qual o trabalho corresponde a grande mediação. É por meio do trabalho que o homem funda uma nova materialidade, “afastando-se” da “materialidade natural” regida pela lei da causalidade.

Compreender esse processo de trabalho, segundo Lukács (2013), requer o entendimento da articulação entre teleologia e causalidade. A teleologia é a posição que se interpõe para um determinado fim, e a causalidade é a lei do “automovimento que repousa sobre si mesmo” (LESSA, 2012). O trabalho, a princípio, é uma determinação própria da natureza humana, algo imanente a ela (uma causalidade), mas que adquire status especificamente humano na medida em que esta espécie o redireciona conscientemente (causalidade posta) para atender seus objetivos (teleologia), criando a materialidade social. Não obstante, tudo aquilo que é propriamente social, embora diferente da natureza, não deixa de ter nela sua determinação primeira. Assim, no agir teleológico, o homem transforma a natureza, produzindo a si mesmo enquanto ser social sem, contudo, livrar-se da condição de ser biológico. Isso ocorre, segundo Lukács (*apud* LESSA, 2012, p. 64), porque “a realização prática do pôr teleológico tem a peculiaridade de fundar uma ‘nova objetividade’, dando origem ao mundo dos homens, sem com isso alterar ‘em termos ontológico-naturais os fundamentos’ da causalidade”, ou seja, “o por teleológico não altera a essência da causalidade enquanto tal”³.

³ Daí advém a ideia de “metabolismo homem-natureza”, da qual Marx se apropria para dizer que: o homem distancia-se da natureza ao criar-se pelo trabalho; entretanto, ele não deixa de ser natureza. Foladori (2001, p. 106-107) afirma que “[...] o termo ‘metabolismo’ não é gratuito, mas tem sua origem nas ciências naturais e busca ilustrar o comportamento humano como parte desse mundo natural”. Desde o século XIX, químicos e biólogos faziam uso sistemático dessa expressão para

Esse processo de trabalho, também argumentava Lukács (2013), "sempre remete para além de si próprio". Com efeito, na medida em que o ser social se desenvolve, mais diversificadas se tornam suas objetivações. Os homens passam então a agir não apenas na natureza, mas também sobre o produto do trabalho, no sentido de geri-lo, coordenando a produção de valores-de-uso e criando as condições para a sua manutenção e aprimoramento. Daí é que surgem os complexos sociais cuja função original é garantir a reprodução de todo o processo de trabalho. O espaço, portanto, surge do trabalho, da produção de valores-de-uso que vai se incorporando cumulativamente ao solo, de geração em geração, fazendo a superfície terrestre deixar de ser um simples dado na natureza para se tornar, cada vez mais, um "depositário universal da história" (MORAES e COSTA, 1987). O processo de humanização do homem é também o processo de humanização do espaço. Por isso, o espaço é um dado preponderantemente humano e a Geografia uma ciência social.

Vale acrescentar que há um caráter dialético nessa humanização, de forma que o ser social está para o seu espaço, assim como o espaço está para o ser social. O homem produz valores pela via de sua atividade teleologicamente orientada, cujos resultados vão se acumulando ao solo enquanto trabalho morto, ou "valor do espaço" (MORAES e COSTA, 1987). Essa herança geográfica, como explica Santos (2014), muitas vezes perduram por muito mais tempo que os processos que as engendram e, em sua *inércia dinâmica*⁴, acabam influenciando ou, pelo menos, limitando o raio de ação das posteriores atividades teleologicamente orientadas. Conforme resumiu Soja (1993), a organização do espaço não apenas é uma produção social, mas, simultaneamente, repercute na modelagem das relações sociais.

designar o complexo processo bioquímico por meio do qual os organismos vivos extraem energia do seu ambiente e convertem em alimento para o seu próprio desenvolvimento. Para Schmidt (1983), Marx havia se apropriado de tal conceito em função do contato com a concepção de metabolismo do médico materialista neerlandês, Jakob Moleschott. Clark e Foster (2011), por sua vez, afirmam que Marx apropriou-se do termo por conta dos estudos sobre agricultura do químico alemão, Justus Von Liebig. Independente do motivo, Marx utilizou tal expressão na perspectiva de esclarecer que [...] por necessidade, há uma "interação metabólica" entre os humanos e a terra, já que esta última sustenta a vida (Clark e Foster, 2011, p. 118).

⁴ "Por inércia dinâmica queremos significar que as formas são tanto um resultado como uma condição para os processos. A estrutura espacial não é passiva mas ativa, embora sua autonomia seja relativa, como acontece às demais estruturas sociais" (SANTOS, 2004a, p. 185).

Um segundo patamar de diferenciação espacial é aquele surgido da humanização diferencial do espaço. Smith (1988) afirmava que as diferenças na natureza implicavam em diferenças da organização social. De fato, a forma com a qual se distribuem os dados da natureza e os valores criados pelo homem determina a organização social e, conseqüentemente, a paisagem. Foi com vistas a compreender as diferenças espaciais que Lacoste (1980) falou de uma “espacialidade diferencial”, que Milton Santos (1977) referiu-se a “formação sócio-econômica”, e Neil Smith (1988), Massey (1984) e Harvey (2006) falaram em “desenvolvimento geográfico desigual”. O espaço é, por assim dizer, fundamentalmente diferenciado e desigual e essa constatação tem sua origem na lei do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky, cujo fundamento alude os estudos sobre o desenvolvimento do capitalismo na Rússia de Lênin (1982). Em resumidas contas, tal lei afirma que o capitalismo não se expande pelo mundo de maneira uniforme e, em vez disso, ocorre de maneira diferenciada, de acordo com as especificidades de cada lugar. Isto é, conforme a interação sempre distinta entre o modo de produção em expansão e a formação social pré-existente.

Antes de qualquer coisa é preciso reconhecer que a natureza primeira é diversa e não está homogeneamente distribuída sobre a superfície. Com efeito, a constituição do ecúmeno deu-se historicamente de maneira diversa e desigual, posto que os recursos e as técnicas eram diferentes e sempre estiveram desigualmente distribuídos sobre o globo, fazendo com que as forças produtivas se desenvolvessem de maneira heterogênea. Os valores, neste sentido, sempre foram criados de maneiras diferente e descontínua em termos de extensão geográfica⁵. No capitalismo, porém, há uma homogeneização das técnicas e dos valores, mas a lógica desigual de distribuição permaneceu e ganhou novos contornos. Como diria Santos (1999), os modos de produção que antes estavam separados convergiram com o surgimento do capitalismo, constituindo uma história global comum. Mas o movimento unificador sempre teve de passar pela mediação das “formações socioespaciais”⁶

⁵ Para a Geografia Tradicional, os “gêneros de vida” tornavam a superfície da Terra um verdadeiro mosaico de regiões singulares. Tal concepção não deixa de ser verdadeira. Segundo Santos (2014), ainda que admitamos processos globais, como a difusão de objetos e relações padronizados necessários a expansão geográfica do capitalismo, os lugares nunca se tornam idênticos e, pelo contrário, são sempre diferentes. Primeiro porque a configuração territorial é diferenciada em cada lugar. Depois, a adequação do trabalho aos objetos e o rendimento deles extraído é também diferenciado. Por último, o próprio sistema mundial de produção e circulação cria especializações produtivas nos mais diversos lugares.

⁶ Milton Santos sugere a noção de “formação socioespacial” com base na recuperação do conceito marxiano de “formação econômico-social”. Seguindo a crítica realizada pelo escritor italiano Emilio Sereni, e admitindo que as formas geográficas são

constituídas a partir de cada lugar. Nesse mesmo movimento, acrescenta Harvey (2006), o modo de produção unitário criou especializações produtivas em cada região, sob diferentes patamares tecnológicos e níveis de apropriação da riqueza, hierarquizando-as de forma a promover um desenvolvimento geográfico desigual. A interação sempre diversa entre o modo de produção capitalista com as especificidades técnico-produtivas de cada lugar, portanto, criam esse segundo patamar de diferenciação espacial.

O capitalismo se impõe aos lugares em função de sua expansionista missão civilizatória que, por meio de um processo de "acumulação por espoliação" (HARVEY, 2004), tende a transformar tudo em mercadoria e a construir, em escala global, as condições de reprodução sempre ampliada de seu sistema. Nesse movimento o capital encontra, obviamente, inúmeros "obstáculos geográficos" que podem ser de ordem natural ou social. Ao se deparar com tais entraves, todo o sistema tende a entrar em "crise de sobre-acumulação" e, neste sentido, põe-se a preparar um novo salto político, econômico e tecnológico, rumo à novas formas de produção e acumulação de valores. A expansão geográfica⁷, o encurtamento das distâncias (anulação do espaço pelo tempo)⁸ e a conquista/construção de novos mercados, representam algumas das mais comuns estratégias geográficas do capital para superar tais obstáculos (HARVEY, 2006; MORAES e COSTA, 1987), constituindo um terceiro patamar de diferenciação espacial.

Da mesma forma em que se expande geograficamente, o capital também concentra em determinadas localidades a grande maioria dos processos de valorização, com vistas a baratear seus custos. A geografia do capitalismo diz respeito, por isso mesmo, a um ininterrupto e contraditório movimento de

a materialização dos modos de produção, Santos (1977) enxergava a formação econômico-social como uma estrutura técnico-produtiva sobre a qual o modo de produção hegemônico se instaurava diferencialmente, constituindo um importante fator de diferenciação espacial.

⁷ Expansão que não pode ser confundida com ampliação do ecúmeno, posto que a propriedade privada se impõe como mediação restritiva. Como esclarecem Moraes e Costa (1987), a expansão deve ser entendida como apropriação pela posse jurídica de porções do ecúmeno, sendo a manifestação mais eloquente desse processo a dominação territorial, a colonização e o imperialismo. Harvey (2006, p. 118), por sua vez, afirma que "[...] o desenvolvimento desimpedido do capitalismo em novas regiões é uma necessidade absoluta para a sobrevivência [...]" desse sistema, pois nessas novas regiões o excedente pode ser absorvido, criando novos valores e mercados.

⁸ Referimo-nos, obviamente, à redução dos custos reais de transporte e circulação inerentes ao próprio desenvolvimento das forças produtivas pelo capital, conforme demonstrado por Marx nos *Grundrisse* (2011 [1857-1858]) e por Harvey (2006) em sua análise da geografia da acumulação capitalista

expansão e concentração⁹. O mais ilustrativo exemplo de expansão é o imperialismo, e de concentração, as metrópoles globais. No modo de produção capitalista, as grandes cidades representam um exemplo condensado de valorização do espaço. Grandes depositárias de trabalho morto, as cidades constituem lócus da produção e do consumo, ainda mais diante do quadro desenhado pelo processo de consolidação da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999).

O próprio espaço da cidade, no capitalismo, representa uma mercadoria que, como todas as outras, possui proprietários, rende lucros e é consumida pelas mais diversas classes sociais. É importante acrescentar que, "sob a hegemonia das relações capitalistas, o espaço (e tudo o que ele contém) aparece para a produção como parte do valor expresso sob forma de capital constante" (MORAES e COSTA, 1987, p. 159). Neste sentido, pode-se afirmar que "a valorização capitalista do espaço é uma valorização para valorização". O espaço é ele mesmo uma mercadoria¹⁰, cujo maior consumidor é o próprio capital em sua histórica produção de quantidades sempre maiores de riquezas. Há, porém, um "consumo improdutivo do espaço" levado a termo pela própria sociedade, apresentando por isso mesmo todas as contradições existentes nesse modo de produção.

Moraes e Costa (1987, p. 161) afirmam que o referido consumo improdutivo do espaço "[...] implica o uso (capitalista) das virtualidades do espaço não diretamente afetas à produção imediata. É o caso do uso residencial, sob um certo sentido das próprias cidades, dos espaços de lazer etc". Assim como a produção, esse tipo de consumo é também desigual e fator de diferenciação espacial, posto que os valores do espaço são apropriados diferentemente pelas classes sociais. Tal apropriação desigual é ainda mais nítida nas cidades, onde vive a maior parte da população mundial. Isso porque as formas de apropriação, moradia e localização, como bem lembra Carlos (2007b), estão sujeitas às regras de

⁹ "Esta é uma de suas contradições: o capital contemporâneo necessita revalorizar-se, ampliando a quantidade de trabalho *vivo* que apropria, mas desastrosamente necessita, ao mesmo tempo, aumentar a produtividade à custa do capital constante (trabalho morto)" (MORAES e COSTA, 1987, p. 156).

¹⁰ Os valores do espaço, vale lembrar, são riquezas imobiliárias, isto é, eles possuem a singularidade da localização fixa, diferente da riqueza mobiliária. Mas, como qualquer outra mercadoria, os valores do espaço estão sujeitos às leis do mercado. Harvey (1980), porém, lembra que "o solo e as benfeitorias" são mercadorias que possuem aspectos que os diferenciam das demais: além da localização fixa, eles são indispensáveis à reprodução humana, mudam de proprietários com pouca frequência, o uso estende-se por muito tempo, e esses usos são numerosos e não são mutuamente exclusivos para o usuário.

mercado¹¹. A chamada “acumulação urbana”¹², com efeito, tem por base a maior capacidade que possui as classes mais abastadas em se apropriar do espaço urbano. Neste sentido, essas classes criam as condições para o surgimento de uma verdadeira “indústria do espaço urbano”, isto é, um ramo da produção capitalista voltado inteiramente à produção do espaço a partir do próprio espaço¹³. Daí é que surgem os agentes imobiliários. Sua atuação faz com que a cidade deixe progressivamente de ser um lugar para habitar, tornando-se um lugar primordialmente destinado aos negócios.

O papel da consciência e dos valores subjetivos

A produção e o consumo desiguais do espaço requerem necessariamente que os indivíduos estabeleçam representações acerca do seu espaço, para que se possa avaliar os meios materiais sobre o qual as intervenções teleológicas incidirão. Como diria Moraes (2005, p. 15-16).

[...] Não há humanização do planeta sem uma apropriação intelectual dos lugares, sem uma elaboração mental dos dados da paisagem, enfim, sem uma valorização subjetiva do espaço. As formas espaciais são produto de intervenções teleológicas, materializações de projetos elaborados por sujeitos históricos e sociais. Por trás dos padrões espaciais, das formas criadas, os usos do solo, das repartições e distribuições, dos arranjos locacionais, estão concepções, valores, interesses, mentalidades, visões de mundo [...]

Moraes (2005) argumenta que é inegável a influência da esfera econômica na produção do espaço, mas apenas ela não recobre a integralidade do processo, pois não explica, por exemplo, a diversidade arquitetônica, a variedade dos estilos das construções, os diferentes usos que podem adquirir e as formas de convivência que podem respaldar. Neste sentido, este autor procura afirmar que as sensibilidades, a moral e as concepções de belo interessam à Geografia na sua tarefa de compreender

¹¹ Nenhum exemplo é mais ilustrativo do consumo desigual do espaço que a metáfora do teatro ligeiramente citada por Harvey (1980) ao falar das teorias do uso do solo urbano. O espaço da cidade, segundo o autor, é como um teatro vazio, onde os primeiros a entrar possuem mais escolhas de acentos para se acomodar. Os que entram depois têm cada vez menos escolhas. E o que define quem serão os primeiros a entrar no teatro é a posição dos indivíduos na hierarquia social. Assim, “[...] se os que entram o fazem de acordo com seu poder de compra então os que têm dinheiro têm mais chances, enquanto os mais pobres pegam o que sobrou, depois de todos terem exercido a escolha” (Ibidem, p. 144).

¹² Referimo-nos ao processo de acumulação de riquezas com base na apropriação e renda da terra urbana, na provisão de obras públicas e privadas, de moradias e infraestrutura. Esse tipo de acumulação, por sua vez, frequentemente leva ao monopólio sobre o solo urbano, tendo em vista se tratar de uma mercadoria com lenta capacidade de crescimento em termos de oferta.

¹³ É neste sentido que Harvey (1978) se refere a um *secondary circuit of capital*. Isto é, um circuito do processo de acumulação que se assenta na produção de bens imóveis e do próprio ambiente construído (ou seja, das habitações e das infraestruturas que compõem o capital social geral).

as diferenças espaciais. Isso significa dizer que o entendimento da produção e do consumo do espaço obriga que se considere as formas de consciência e seus valores subjetivos. Foi por isso que Milton Santos (1996) apontou a importância da “psicoesfera”, isto é, da imagem padronizada do mundo, muitas vezes criada sob o fito de internacionalizar crenças, desejos e hábitos. Como diria Lefebvre (2008, p. 82), “[...] O espaço não é apenas organizado e instituído. Ele também é modelado, apropriado por este ou aquele grupo, segundo suas estratégias, sua ética e sua estética, ou seja, sua ideologia [...]”.

No interior do processo de produção do espaço, os indivíduos são mobilizados segundo diferentes interesses e suas intervenções teleológicas estão sempre calcadas em valores subjetivos, avaliações sobre o real. Esses valores envolvem o complexo universo da moral e da arte, de forma que, no processo de valorização e consumo, há também um conjunto de princípios éticos e de preferências estéticas, individuais e coletivas.

Ética e a estética constituem “momentos da práxis”. Isso significa dizer que a ética e a moral, assim como a fruição artística e os gostos estéticos surgem quando o homem se depara com a necessidade de fazer escolhas ou tomar proveito de novas possibilidades no âmbito de sua atividade teleologicamente orientada. Tratam-se, assim, de valores subjetivos que auxiliam os homens no processo de trabalho. Conforme já destacamos, o espaço é produzido de maneira diversa e desigual e isso ocasiona a sua diferenciação. Mas as escolhas a respeito dos valores criados, sua aparência, sua distribuição na superfície e sua maior ou menor concentração em determinada localidade se dá em atenção à certos princípios éticos e estéticos.

Os valores éticos e estéticos que regem a sociabilidade no capitalismo são essencialmente contraditórios, uma vez que afirmam de maneira universal a liberdade e a inovação, mas concretamente interditam ambas no processo de produção e acumulação. Daí, inclusive, reside o grande dilema deste modo de produção: o de servir à um só tempo à reprodução da vida e à extração de mais-valia. Contudo, o atual contexto histórico caracteriza-se pela sobreposição deste segundo aspecto sobre o primeiro, isto é, a obtenção da mais-valia tem tido primazia sobre a reprodução da vida.

Conforme advertiu Harvey (2008, p. 23), "[...] vivemos, antes de tudo, em um mundo onde os direitos da propriedade privada e da lucratividade superam todas as outras noções de direito [...]" (tradução do autor). No que tange a produção do espaço, isso significa dizer que os princípios morais e estéticos imprimem um caráter universal e socialmente positivo para os processos de valorização. Porém, o resultado da produção atual é quase sempre o contrário do que esses princípios apontam, tendo em vista a desigualdade.

Tomemos como exemplo o caso das cidades contemporâneas, quando estas são acometidas por grandes processos de valorização, como as obras e intervenções urbanísticas de média ou larga escala, sejam elas de ordem pública ou privada. Grosso modo, essas obras são orientadas e justificadas por princípios que, direta ou indiretamente, correspondem ou ao menos se assemelham àqueles que visam a contribuir ao bem comum e ao alargamento das liberdades individuais, como o desenvolvimento e a qualidade de vida. Mas, contraditoriamente, muitas dessas ações cerceiam eventuais efeitos socialmente positivos, pois se realizam com base na reafirmação da propriedade privada e do processo de acumulação que, inevitavelmente, restringem quaisquer ganhos sociais. O mesmo se pode perceber na construção de loteamentos fechados, bairros planejados e condomínios. Em geral, os princípios que os provém são os mais universais, como o da manutenção da vida comunitária e garantida. Contudo, como veremos adiante, esses "enclaves fortificados" (CALDEIRA, 2001) construídos para distinguir formas de convivência são destinados apenas àqueles que podem comprar, fato esse que promove, por intermédio dos muros, a segregação e a fragmentação.

As preferências estéticas, por sua vez, parecem apontar para formas autênticas de fruição da criatividade humana. Mas, na verdade, indicam apenas as diferentes feições das mercadorias no seu permanente jogo de sedução. Seguindo o referido exemplo das obras e intervenções urbanas, as preferências projetam desenhos e formas arquitetônicas que parecem exprimir as mais genuínas expressões do cotidiano, quando, na maioria das vezes, correspondem a reproduções mais ou menos idênticas de objetos presentes em outros lugares, cuja função mais habitual é integrar partes da cidade aos fluxos econômicos globais. Isto é, a cidade passa a possuir objetos e lugares (monumentos, vias, parques, lugares revitalizados etc.), que servem quase exclusivamente para atrair outros valores

(investimentos privados, turismo etc.) ao seu entorno, enriquecendo-o. Neste mesmo sentido, vale lembrar o que assinala Carlos (1999), ao evidenciar que as atividades de turismo e lazer, em sua contínua criação de lugares visuais e atraentes, criam novas centralidades, redimensionam os fluxos de pessoas, em um movimento orientado pela informação e pelo *marketing*, que completa a mercadificação do espaço e fortalece desigualdades.

Quanto ao consumo, os princípios éticos que os orientam pressupõem o acesso de todos à terra e aos equipamentos e serviços necessários a uma vida digna. Mais uma vez, contraditoriamente, o consumo sob moldes capitalistas estreita as possibilidades de acesso coletivo ao solo, posto que também afirma a propriedade privada e a acumulação. Por isso é que o direito a um lugar e o acesso ao conjunto dos lugares da cidade é declarado enquanto prerrogativa de todos, mas é, ao mesmo tempo, negado para grande maioria das pessoas que não consegue atender aos mínimos requisitos financeiros. A própria cidadania é frequentemente conclamada enquanto atributo de todos os indivíduos e, como bem lembrou Milton Santos (2007), ela não só é atrofiada, como em alguns casos simplesmente não existe. Em vez de cidadãos, tornamo-nos cada vez mais “consumidores mais-que-perfeitos”, muitos dos quais permanentemente insatisfeitos por não conseguirem se adequar perfeitamente aos ditames do mercado. Isso tudo, conseqüentemente, desencadeia profundas lutas políticas pelo consumo do espaço, como o são os fóruns de reforma urbana e as táticas espaciais dos movimentos sem-teto e sem-terra.

Há também uma disputa por certos lugares em função da presença de determinados valores do espaço, assim como há outros lugares cuja criação se deu para acolher aqueles que se identificam com esses valores. Nesses casos, as aparências do espaço-mercadoria, em sua permanente sedução, induzem as classes sociais, sobretudo aquelas com fortes possibilidades e propensões aquisitivas, a pensar que, no ato do consumo, estariam apropriando-se de um valor-se-uso. Porém, o que elas adquirem é um bem qualquer. Quanto mais dotado de valores do espaço que referenciem certas preferências estéticas, mais disputados tornam-se esses espaços. Essas aparências, portanto, não apenas obscurecem o valor-de-troca do espaço, como também conduzem as escolhas dos indivíduos e classes sociais, de modo a reafirmar hegemonias e consolidar o *status quo*. Velho (1978), por exemplo, demonstra como as elites realizam escolhas residenciais sempre orientadas por símbolos de prestígio social.

Por isso, algumas classes preferem se localizar em bairros e áreas específicos da cidade. Cada bairro ou localidade da cidade corresponde a uma aparência do espaço-mercadoria e cada uma dessas aparências indica uma posição na hierarquia social. As classes sociais, sobretudo as mais abastadas, apropriam-se de alguns lugares da cidade com base nessas aparências, reafirmando sua posição na hierarquia. Em função disso, também Milton Santos (2007) afirmava que o valor dos indivíduos depende de sua localização no espaço. A localização na cidade muitas vezes corresponde a um fator denotativo de certas preferências estéticas e, conseqüentemente, da classe social. No entorno dos diferentes lugares desenvolvem-se redes diferenciadas de equipamentos e serviços, sempre em conformidade com as preferências ali hegemônicas. No processo de consumo, portanto, os espaços são segmentados segundo os valores e regras de convivência praticados. Para cada segmento há um conjunto valorativo distinto. Muitas vezes, alguns segmentos são constituídos para demarcar diferenças entre distintos modos de conviver. Nestes casos, tem-se uma fragmentação.

Diferenciação espacial na cidade contemporânea: segmentação, segregação e fragmentação

Conforme Carlos (2007a), é na escala do habitar, no conflito pelas apropriações sempre diferenciadas do espaço, que a desigualdade e, conseqüentemente, a diferenciação espacial se apresenta de maneira mais clara. Nossa reflexão encontra aqui um ponto de inflexão importante. Há diferentes processos de diferenciação na escala do habitar e boa parte deles está imerso em uma verdadeira polissemia. Conceitos como os de segregação e o de fragmentação, por exemplo, têm sido usados na Geografia e nas demais ciências sociais de maneira extremamente diversa, o que tem causado algumas confusões teórico-metodológicas e imprecisões interpretativas. Nosso objetivo a partir de agora é refletir um pouco sobre os conteúdos e as diferenças de cada um dos mais importantes processos de diferenciação nas cidades contemporâneas, atentando para os três mais importantes no estudo da realidade urbana periférica, quais sejam, a "segmentação", a "segregação" e a "fragmentação".

Acreditamos que segmentação é o resultado imediato da produção e reprodução capitalista do espaço, correspondendo às formas mais singelas de sua desigual apropriação. A segregação, diferente do que

sugere Carlos (2013) e a maior parte dos estudiosos sobre o tema¹⁴, é um desdobramento específico, pouco comum e recheado de mediações do processo de segmentação. Trata-se, como bem pondera Vasconcelos (2004), de um conceito surgido em contextos sócio-históricos bastante específicos¹⁵, procurando caracterizar o encerramento forçado ou auto-induzido de determinados grupos sociais em frações do espaço em virtude de conflitos sociais de fundo étnico e/ou político, tais como os guetos de Varsóvia, a Berlin da Guerra Fria e os cinturões negros das cidades norte-americanas. Nesses casos, como em muitos outros, há uma apartação radical entre classes e/ou grupos sociais, de forma que a totalidade do tecido social encontra-se efetivamente dividida em termos econômicos, políticos e culturais. A segregação, neste sentido, pode criar pequenas deseconomias e obstáculos ao permanente processo de acumulação, pois muitas vezes cria barreiras à circulação de mercadorias e ao consumo do espaço. Na simples segmentação, por outro lado, apesar de socialmente dividido, o espaço ainda encontra-se muito mais integrado, sobretudo do ponto de vista econômico. Há uma circulação mais livre de mercadorias e os diferentes segmentos podem ser frequentados e consumidos por todos aqueles que apresentam propensões aquisitivas, independente de sua aparência ou lugar de origem.

Não pretendemos, com essa distinção conceitual, dar margem a qualquer tipo de interpretação espacializada da realidade brasileira adjacente às ideias claramente conservadoras de cordialidade e fraternidade entre as classes e etnias, como aquelas que fundamentam a tese freyriana da democracia racial. Acreditamos, inclusive, que o racismo e o preconceito de classe (e suas respectivas expressões espaciais) são concretamente mais fortes no Brasil do que nas sociedades onde tais fenômenos sociais ocorreram de maneira supostamente mais explícita. Está claro que, no espaço segmentado, há embargos e restrições de acesso movidos por preconceitos e intolerâncias. O mercado imobiliário de hoje tem se especializado em produzir segmentos diferenciados e destinado à determinadas classes que,

¹⁴ Para a grande maioria dos autores, a segregação corresponde a manifestação espacial das diferenças sociais, ou a acentuação da divisão social do espaço (SORBAZO, 2000).

¹⁵ O conceito de segregação surgiu junto aos modelos sistemáticos de estudos das cidades norte-americanas, formulados por importantes pensadores da famosa "Escola de Chicago". As cidades periféricas, por outro lado, possuem especificidades que inviabilizam a irrestrita utilização desses modelos. Por isso é que, para Vasconcelos (2004), a segregação não é um conceito plenamente aplicável à realidade brasileira. Contudo, a ausência das condições sócio-históricas a partir das quais o conceito foi inicialmente utilizado não desautoriza definitivamente sua aplicação atual, até porque, como observou Souza (2013), ele já tem sido usado por diferentes grupos sociais para designar processos reais em suas vidas, estando presente também nos mais profícuos debates sobre as desigualdades e os conflitos urbanos periféricos.

por meio de muros e interdições simbólicas, promovem fortes restrições ao acesso daquelas pessoas consideradas “perigosas”. Entretanto, quando se leva em consideração a realidade urbana de muitos países, sobretudo os periféricos, os discursos discriminatórios e todo o aparato restritivo poucas vezes são efetivamente capazes de interditar completamente a dinâmica social e a circulação de mercadorias. A presença de determinadas classes em segmentos onde elas “não deveriam estar” acaba se dando de uma forma ou de outra, nem que seja de maneira subordinada e/ou hostil, como são os casos das pessoas negras e pobres em *shopping centers*. Uma pessoa de origem pobre também pode adquirir sem grandes impedimentos um lugar em um bairro rico, desde que apresente condições econômicas para tal, como são os casos de muitos narcotraficantes que mantêm suas atividades baseadas nas favelas, mas moram em bairros de classe média-alta.

A segmentação, portanto, muitas vezes baseia-se no estabelecimento de embargos e restrições socioespaciais. Mas, diferente da segregação, nela não há uma clara tentativa de bloqueio e separação. Assim, para fins dessa distinção conceitual, vale destacar o que Vasconcelos (2013) chamou de “justaposição” e “separação” espaciais. Na segmentação haveria justaposição, na segregação, separação. Neste mesmo sentido, Sposito (2013b, p. 65) afirma que:

[...] só cabe a aplicação do conceito de segregação quando as formas de diferenciação levam à separação espacial radical e implicam rompimento, sempre relativo, entre a parte segregada e o conjunto do espaço urbano, dificultando as relações e articulações que movem a vida urbana.

Consideramos, portanto, que *a segmentação é uma diferenciação que resulta de maneira imediata do processo de produção e consumo desigual do espaço. A segregação, por sua vez, é uma forma particular e muito mais cruel de diferenciação, baseada na separação*. Podemos considerar como exemplo de segmentação a justaposição de bairros com perfis socioeconômicos diferentes e de segregação os condomínios e loteamentos fechados encravados do tecido da cidade, podendo situar-se entre diferentes segmentos.

Entretanto, ainda é extremamente forçoso afirmar, por exemplo, que um loteamento auto-segregado como *Alphaville* advém do mesmo processo socioespacial que um condomínio fechado de classe média baixa com apartamentos de até quarenta metros quadrados, apenas porque se tratam de enclaves com

muros e que resultam claramente de um processo de diferenciação por separação. Quando se faz isso, omite-se formalmente os conteúdos e atenta-se unicamente para as formas. Mesmo mantendo inegáveis semelhanças, o segundo tipo de enclave possui características tão diversas que inviabilizam situá-lo no mesmo patamar que o primeiro. E o que dizer dos condomínios edilícios, dos próprios *shopping centers*, dos parques privados e de toda sorte de espaços para o lazer construídos sob processos de diferenciação por separação? Podemos afirmar que são também exemplos de espaços segregados? Conforme Sposito (2013), acreditamos que o conceito de segregação não é suficiente para tratar das mais diversas formas de diferenciação espacial por separação, ainda mais diante do atual processo de pulverização da vida social ocasionado pelas estratégias privatizantes do capital. Quando o assunto são as mudanças socioespaciais contemporâneas em diversas esferas da vida social, envolvendo desde o aprofundamento da segmentação e a complexificação da segregação, é preferível falar em fragmentação. Este último processo corresponde a algo que, sem contrastar com a segregação, vai muito além dela (SPOSITO, 2013; SPOSITO e GOES, 2013; SOUZA, 2000, 2008).

O tema da fragmentação, como bem lembra Souza (2000), popularizou-se recentemente e tem sido utilizado para os mais diversos fins, sobretudo o de caracterizar as desigualdades socioespaciais intensificadas pelo processo de globalização. Para Salgueiro (1998), a fragmentação diz respeito ao aumento da diferenciação e a existência de rupturas entre grupos sociais nas cidades pós-industriais. Tendo como referência as cidades europeias, Donzelot (1999) afirma que a antiga "questão urbana" desenvolvida no bojo da sociedade fordista em função das aglomerações dos pobres urbanos, dos problemas socioambientais e dos conflitos sociais, foi substituída pela "nova questão urbana" que, segundo sua visão, aparece quando do declínio do fordismo, mais precisamente quando o urbanismo funcionalista é substituído pelo "urbanismo de afinidades" que, por sua vez, tende a fragmentar a cidade.

Vasconcelos (2013) considera a fragmentação como um complexo de usos desconexos ou mal articulados, produzido pelo mercado imobiliário e pelo Estado. A partir do exemplo da cidade de São Paulo, Milton Santos (1990) afirmou que a produção do espaço é cada vez mais comandada por grandes corporações e, em função disso, os pobres estão cada vez mais isolados e com sua mobilidade

reduzida. A fragmentação, segundo este autor, advém desse fracionamento da cidade em espécies de “guetos”. Souza (2000, 2008), por sua vez, prefere falar em “fragmentação do tecido sociopolítico-espacial”, sendo ela o conjunto de conflitos e tensões que frequentemente desafiam o controle territorial estatal, correspondendo à territorialização dos grupos criminosos e as estratégias espaciais defensivas das classes sociais mais abastadas. O autor ainda acrescenta que a cidade resultante dessa fragmentação compõe uma unidade do ponto de vista econômico, mas é fraturada sociopoliticamente, de forma que seu caráter congregador é sistematicamente relativizado.

Essa perspectiva sugerida Souza (2000, 2008) parece-nos interessante, na medida em que põe a questão dos conflitos e do medo no cerne do processo. Segundo este autor, o medo generalizado se alastra exatamente nas cidades fragmentadas, levando ao tratamento militarizado de seus problemas. Analisando as cidades brasileiras, este autor chega a mencionar o termo “Fobópoles” para designar as cidades onde o medo e a percepção do risco são demasiadamente determinantes do cotidiano. De fato, é a partir do sentimento do medo que se projetam e se concretizam as transformações urbanas e com base nele que as classes sociais disputam e fragmentam o espaço no ato do consumo.

Partindo da ideia de que os afetos e o corpo são os grandes determinantes da sociabilidade e da política, Safatle (2015) muito acertadamente explica que o sentimento do medo é o principal definidor dos “circuitos dos afetos”¹⁶ nas sociedades modernas e liberais. A ideia tornada hegemônica de uma sociedade fundada em um pacto entre indivíduos proprietários sem qualquer relação natural, para que o pandemônio entre lobos seja evitado, já evidencia o medo como critério ético¹⁷. Esse elementar sentimento humano vê-se cada vez mais intensificado nas cidades periféricas em função das

¹⁶ Segundo Safatle (2015), os indivíduos produzem crenças, desejos e interesses, adotando certos comportamentos e recusando outros, criando assim circuitos de afetos. Seja na vida cotidiana ou na política, os indivíduos produzem constantemente afetos a partir dos quais mobilizam sua adesão no tecido social. A política, portanto, é um modo de produção de circuitos de afetos. E o sistema capitalista, com todas as suas vicissitudes econômicas e políticas, reproduz-se com base no manejo de nossos afetos.

¹⁷ É o medo da despossessão, da morte violenta e da “guerra de todos contra todos” que obriga os indivíduos a criar o Leviatã, segundo Hobbes. O Estado surge com a dupla função de bombeiro e de piromaniaco, conforme adverte Safatle ao comentar essa via de entendimento. Bombeiro porque tende a evitar o genocídio mútuo pela via da constituição de um contrato que estabelece o raio de ação de cada um, mas ao mesmo tempo piromaniaco porque tal contrato apenas se estabelece por meio do usufruto exclusivo do poder e da violência. De toda forma, o medo permanece sempre presente, se não evidente pela violência direta, ao menos a latente diante das ações do Estado.

contravenções e da violência, sendo também manejado por um mercado de segurança privada cada vez mais robusto e por preconceitos de todos os matizes, reafirmando os muros e os condomínios não apenas como opção de vida, mas como necessidade.

Por isso as estratégias defensivas (mas também escapistas) das classes mais abastadas, que passaram a construir seus “territórios exclusivos” (SEABRA, 2004). Em função da difusão dos condomínios e loteamentos fechados tem-se uma cidade cada vez mais dividida entre aqueles que estão “*entre-muros*” e aqueles que estão “*para-além-dos-muros*”, sendo o muro a fronteira que delimita diferentes formas de conviver. Aqueles que se encontram entre-muros vivem de acordo com certas regras de convivência social e aspiram certos gostos e preferências estéticas. Os que estão para-além-dos-muros, supõe-se, possuem outros valores e preferências. Porém, a fronteira não é rígida, muito menos intransponível, pois as diferentes formas de sociabilidade e de consumo do espaço frequentemente se imbricam ou invadem umas às outras, criando mal-estar. Os muros evitam sistematicamente tal mistura, sendo essa uma de suas principais funções. Mas as interdições dificilmente conseguem conter as “transgressões” ou os “amalgamas”, evidenciando o fato de que os muros são quase sempre “porosos” e que os espaços nunca são totalmente fechados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que o espaço urbano se vai diferenciando segundo as formas sempre distintas de seu consumo, acompanhando o próprio processo de diferenciação do espaço mundial, em suas mais diversas escalas. Há, assim, cinco patamares de diferenciação espacial: o primeiro e mais fundamental diz respeito a diferenciação entre a natureza primeira e a materialidade social; depois, a diferenciação decorrente da humanização seletiva do espaço; o terceiro advém das estratégias geográficas do capital no processo de superação de suas crises cíclicas; o quarto diz respeito ao caráter expansivo e ao mesmo tempo concentrador do capital em sua dinâmica essencialmente contraditória; o último e mais importante é aquele que se dá na escala do habitar, nos conflitos pelo consumo do espaço no interior das cidades. Neste último patamar, portanto, sugerimos os três referidos processos que de forma alguma esgotam a enorme quantidade de processos possíveis na cidade contemporânea.

Em face das desigualdades cada vez mais evidentes e da difusão dos enclaves fortificados, as cidades têm se tornado cada vez mais diferenciadas, não apenas umas em relação às outras, mas principalmente no que concerne a seu espaço interno. As cidades brasileiras, por sua vez, constituem exemplos bastante ilustrativos de manifestação desses processos. Seus espaços sempre apresentaram segmentações, como a tão característica coexistência entre bairros infraestruturados e outros extremamente precários. Isso se dá em função do difícil acesso a terra, da desigualdade de renda e da forte concentração de equipamentos e serviços públicos em poucos bairros. Ademais, desde as décadas de 1980/90, seus espaços têm sido tomados por enclaves fortificados, muitos dos quais auto-segregados e que são fatores de um poderoso processo de fragmentação. Segmentação, segregação e fragmentação constituem, por fim, três importantes processos de diferenciação espacial e que, no nosso entender, caracterizam a estrutura espacial das cidades na periferia do capitalismo.

REFERÊNCIAS

BESSA, K. C. A diferenciação espacial e as interpretações da Geografia teórico-quantitativa e da Geografia crítica. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 16, n. 31, p. 101-124, 2004.

_____. Diferenciação espacial como elemento próprio da natureza da Geografia. *Revista Mercator*, Fortaleza, v. 9, n. 20, p. 43-56, 2010.

CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. USP, Ed. 34, 2000.

CARLOS, A. F. A. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, M (Org.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 191-197.

_____. O consumo do espaço. In: CARLOS, A. F. A (Org.). *Novos caminhos da geografia*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 173-186.

_____. Diferenciação socioespacial. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, v. 4, n. 6, p. 45-60, 2007a

_____. O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b. Disponível em: http://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espaco_urbano.pdf

_____. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 95-110.

CLARK, B; FOSTER, J. B. A dialética do metabolismo social e ecológico: Marx, Mészáros e os limites absolutos do capital. In: JINKINGS, I. NOBILE, R. (Orgs) *Mészáros e os desafios do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

CORRÊA, R. L. *Região e organização espacial*. 4.ed. São Paulo: Ática, 1991.

- _____. O espaço urbano. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995.
- DONZELOT, J. La nouvelle question urbaine. *Revue Esprit*, Paris, p.87-114, nov. 1999.
- DUNKER, C. I. L. Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FOLADORI, G. O metabolismo com a natureza. *Crítica Marxista*, São Paulo, v. 12, p. 50-62, 2001.
- HARVEY, D. The urban process under capitalism: a framework for analysis. *International journal of urban and regional research*, v. 2, n. 1-4, p. 101-131, 1978.
- _____. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. O novo imperialismo. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. A produção capitalista do espaço. 2.ed. São Paulo: Annablume, 2006.
- _____. The right to the city. *New left review*, London, n. 53, p. 23-40, 2008.
- _____. O espaço como palavra-chave. *Revista GEOgraphia*, Niterói, v. 14, n. 28, p. 08-39, 2012.
- LACOSTE, Y. Unité et diversité du tiers monde. Paris: François Maspero, 1980.
- LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- _____. Espaço e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.
- LÊNIN, V. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- LESSA, S. Mundo dos homens: trabalho e ser social. 3.ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.
- LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social (Vol. 2). São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858 (esboços da crítica da economia política). São Paulo: Boitempo, 2011.
- MASSEY, D. Spatial divisions of labour: social structures and the geography of production. London: Macmillian Publishers, 1984.
- MORAES, A. C. R; COSTA, W. M. Geografia crítica: a valorização do espaço. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MORAES, A. C. R. Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil. 5.ed. São Paulo: Annablume, 2005.
- MOREIRA, R. A Diferença e a Geografia (o artilho da identidade e a representação da diferença na Geografia). *GEOgraphia*, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 25-42, 1999.
- SAFATLE, V. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.
- SALGUEIRO, T. B. Cidade pós-moderna: espaço fragmentado. *Revista Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 39-53, 1998.

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. Boletim Paulista de Geografia, São Paulo, n.54, p.81-99, 1977

_____. Metrópole corporativa e fragmentada: o caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990.

_____. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Revista Território, Rio de Janeiro, n.6, p. 5-20, 1999

_____. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2004

_____. O espaço do cidadão. 7.ed. São Paulo: Ed. USP, 2007.

_____. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6.ed. São Paulo: Ed. USP, 2014.

SCHMIDT, A. El concepto de naturaleza en Marx. Madrid: Siglo veintiuno, 1983.

SEABRA, O. C. L. Territórios do Uso: cotidiano e modo de vida. Revista Cidades (Presidente Prudente), v.1, p. 181-206, 2004

SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SMITH, N. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. Geousp - Espaço e Tempo, São Paulo, n. 21, p. 15-31, 2007.

SOJA, E. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social e critica. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993.

SOBARZO, O. A segregação socioespacial urbana. Revista Formação, Presidente Prudente, n.7, p. 163-170, 2000.

SOUZA, M. L. O desafio metropolitano: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

_____. Semântica urbana e segregação: disputa simbólica e embates políticos na cidade "empresarialista". In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A et al. (orgs.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 61-93.

SPOSITO, M. E. B; GOES, E. M. Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Ed. UNESP, 2013.

VASCONCELOS, P. A. A aplicação do conceito de segregação residencial ao contexto brasileiro na longa duração. Revista Cidades (Presidente Prudente), Presidente Prudente, v. 1, n.2, p. 259-274, 2004.

_____. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, P. A et al. (org.). A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013. p. 127-146.